



COMISSÃO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

5ª Reunião (online) – 07/07/2020 das 10:00 às 12:26

(13ª reunião do PMPI)

PAUTA:

- 1. Devolutiva do texto de apresentação e ordenamento dos eixos;**
- 2. Leitura e discussão do Eixo Educação (já disponível no drive);**
- 3. Outros pontos relevantes;**
- 4. Informes;**

1. Participantes desta reunião:

Ana Maria de Farias Lira (Vice-presidente do COMDICA), Andréa Castro (Secretaria de Educação), Andréa Coimbra (Procuradoria Geral do Município), Paulo Frias (SESAU), Eduardo Paysan (GCA/SDSJPDH), Rogério Morais (SEPLAG), Germana Suassuna (SESAU), Karen Souza (SEPLAG), Lucas Peixoto da Silva (Conselho Tutelar), Thiago Lima de Carvalho (Conselho Tutelar), Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha (Gabinete do Prefeito), Hemi Monique Vilas Boas de Andrade (CIEE), Vesta Pires Magalhães Filha (Procuradoria Geral do Município).

Equipe Técnica COMDICA: Aurely Macedo, Roberta Sartori, Angélica Araújo, Iêda Acioly, Anderson Ferreira e Simone Melo – Secretária Executiva do COMDICA

Observações/informes:

Solidade de Menezes (REPI/PE) – Através de e-mail datado de 07/07/2020 para a técnica do COMDICA Aurely, informou que não poderia participar desta reunião, por ter uma agenda na mesma data e horário com o Conselho de Educação de Jaboatão, informa ainda, que fez a leitura e observações para o arquivo consolidado foi encaminhado na pasta do google drive, mas falta a inserção no texto e, diante disto o fará separadamente encaminhando para Aurely direcionar à pessoa responsável pelo capítulo, e a mesma pode sentir-se a vontade para utilizá-lo aonde for necessário, bem como da revisão do texto introdutório.

Solidade de Menezes (REPI/PE) – Através de e-mail datado de 07/07/2019 para a técnica do COMDICA Aurely, solicita que seja divulgado como informe a realização da 5ª LIVE da Rede Primeira Infância de Pernambuco em 10/07/2020 às 19:30 no canal Youtube do SINPROMG que contará neste diálogo com o Secretário Executivo para a Primeira Infância do Recife – Rogério Morais juntamente com a Deputada Estadual Simone Santana, Vice-Presidente da ALEPE – Assembleia Legislativa de Pernambuco e Coordenadora da Frente Parlamentar da Primeira Infância – ALEPE. O flyer de divulgação foi disponibilizado no grupo de WhatsApp da comissão PMPI atendendo à solicitação de Solidade, que os membros façam a divulgação e convida o COMDICA Recife para participação.

Andréa Castro (SEDUC) – Coloca como ponto de informe, retorno sobre o encaminhamento da reunião de 01/07, na pauta que tratou dos desenhos produzidos pelas crianças das unidades educacionais na fase de consulta às crianças. Diz que na sexta-feira 03/07/2020, foi até as escolas e, está com material/desenhos impressos de duas escolas e que na semana desta reunião, isto é, de 06 a 10/ 07, irá buscar os outros demais desenhos. Após a coleta de todos os



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

desenhos, alinhará com Karen (SEPLAG) a logística para entrega, Karen no grupo de WhatsApp coloca que neste caso, os desenhos poderão ser scaneados pela equipe da SEPLAG.

Rogério Morais (SEPLAG) – Informa que os arquivos referentes aos eixos PMPI, foram disponibilizados na pasta no google drive;

Paulo Frias: Nos momentos finais desta reunião, por mensagem no chat pede desculpas ao grupo e informa: “Terei atividade virtual do “Nascer no Brasil”. Me atualizarei pela ata, e com Germana, destes momentos finais”.

Integrantes da Comissão de Elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância

Resolução COMDICA nº 009/2020:

(Representantes Governamental do COMDICA)

- Ana Maria de Farias Lira (Sec. Desenv. Social, Juventude, Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos)
- Andréa Maria Guerra Coimbra (Procuradoria Geral do Município)
- Andréa Ricardo Castro (Secretaria de Educação)
- Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha (Gabinete do Prefeito)
- Germana Bezerra Suassuna (Secretaria de Saúde)
- Paulo Germano Frias (Secretaria de Saúde)

(Representantes Não-Governamental do COMDICA)

- Natuch Pinto Lira (Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social - CENDHEC)
- Rafaela Ribeiro Saraiva da Costa (Conselho Regional de Serviço Social - 4ª Região - CRESS)

(Representante Secretaria Executiva para Primeira Infância)

- Rogério de Melo Morais - matrícula nº 97.003-9

(Representante da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG)

- Mirza Neuman - matrícula nº 111.037-3

(Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos)

- Eduardo Paysan Gomes - matrícula nº 110.933-2
- Rosangela Aires Fontes - matrícula nº 97.315-2

(Representantes da Rede Estadual da Primeira Infância)

- Maria da Solidade de Menezes Cordeiro - CPF: 224.872.804-25
- Ligia Cabral Barbosa - CPF: 134.609.604-00

(Representantes dos Conselhos Tutelares do Recife)

- Lucas Peixoto da Silva - matrícula nº 104.763-9
- Thiago Lima de Carvalho - matrícula nº 111.960-5

Apresentações

Esta, foi a quinta reunião da comissão de elaboração do PMPI do Recife na modalidade online pela plataforma Meet com abertura de sala virtual por Angélica Araújo (assessora de comunicação/COMDICA), tendo início às 10:00. A abertura da reunião foi realizada por Rogério Morais, com boas-vindas, na sequência comunicados/informes apresentação da agenda da comissão e pontos de pauta.

1.ITEM DE PAUTA - Apresentação e ordenamento dos eixos PMPI

Rogério, resgata memória de reuniões da comissão PMPI em fevereiro, onde foram apresentadas temáticas baseadas em PMPI's de outros municípios e destes temas, nasceram as propostas de eixos para o PMPI do Recife, foi exibido o slide com as primeiras propostas para construção dos eixos. Ainda, recapitula os principais pontos discutidos na reunião de 01.07, que tratou do reordenamento/divisões dos eixos, nos



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

principais temas e outras especificidades, uma vez que o número de ações é variável (detalhes anteriores desta discussão, vide ata de 01.07.2020).

A partir da projeção em slide, os participantes, foram convidados a conhecer e opinar sobre o formato gráfico dos eixos do PMPI que estará impresso no documento a partir da reorganização dos eixos. Considerando as recomendações, sugestões dos membros da comissão em reunião de 01/07. O slide em tela, apresenta, quatro esferas, uma para cada eixo (educação e cultura/ saúde / assistência social e direitos humanos /espaço urbano) todas em sentido horário , e no centro delas, o eixo governança, na lateral direita, um retângulo aponta para uma seta circular em sentido anti-horário, que representa a Intersetorialidade. Este esquema/representação, Rogério, destaca que foi construído a partir das contribuições de Paulo e Eduardo.

Na representação as esferas (eixos) que estão inter-relacionadas, possuem suas especificidades, mas possui também aspectos intersetoriais. A ideia é proporcionar a inclusão das lacunas, presentes na primeira formatação dos eixos reorganizados de forma linear. E nesta formatação, garantir que haverá comunicação entre os eixos nesta relação e o eixo governança no centro, orientando os demais. No texto será incluída a palavra **direito** a frente de cada eixo respectivo, e algo que mostre uma linha que represente a intersectorialidade. As ações intersectoriais serão sinalizadas com outra cor, e ele tenham uma denominação e, possam aparecer em todos os eixos, então, qualquer temática que perpassasse mais de um eixo ou todos eles, podem também aparecer nos outros. Finaliza a explicação, destacando que este formato visa atender as colocações anteriores da comissão na reunião anterior.

Eduardo, diz que chegou a verificar antes o desenho com Rogério, mas que a partir de diálogo com Karen, sobre o PMPI como um todo e considerando a intersectorialidade, sugere: juntar os círculos, de forma que haja interseção entre eles; porque tem ações de saúde, que estão junto com educação, desta última, junto com a assistência, então, a sugestão seria colocar os círculos lado a lado em interseção, e lá no meio todos com todos. Rogério, afirma que é possível seguir a sugestão, e que a formatação permite essa possibilidade, ratificando, os exemplos de intersectorialidade, colocados por Eduardo. Karen solicitará a revisão da arte. **No chat**, chegam as seguintes contribuições: **Paulo Frias**: Excelente sugestão, expressa o mais comum, mais integral e o particular de cada área que contribui com o todo. **Hemi**: concordo com a sugestão de Eduardo, e acrescentaria, que a palavra intersectorialidade ficasse dentro dessa interseção dos círculos. Os demais, concordam com a apresentação e, com as sugestões apresentadas por Eduardo Paysan.

ITEM DE PAUTA 2. Leitura e discussão do Eixo Educação (já disponível no drive)

Na sequência da reunião, foi apresentado a planilha da Secretaria de Educação validada, contendo as (metas/ações/ prazos) que foram construídas , a partir do retorno da SEDUC das ações ordenadas pela SEPLAG após o processo da consulta pública realizada via Colab, cujas ações encaminhadas pela SEPLAG, solicitando que cada secretaria envolvida no PMPI de Recife, pudesse analisar o material e identificar dentre estas propostas quais seriam: (suprimidas/alteradas/já existentes).

A planilha do eixo educação, foi disponibilizada na pasta do google drive para os membros da comissão fazerem uma leitura, e assim poder opinar durante a reunião. A planilha em Excel, foi projetada para acompanhamento de todos. A metodologia adotada, foi a leitura das ações, sendo feitos os destaques



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

quando necessário por qualquer participante. Germana pergunta: Então, concordamos que ficou o desenho ao invés do eixo por escrito? O eixo Ex: Direito a Educação – Saúde, vai estar por escrito, mas com o desenho. Eduardo, responde: Eu acho que ele vai manter, o desenho é só para facilitar a visualização. Germana, confirma a compreensão de que serão mantidos os dois formatos. Rogério, confirma. Ana Farias, diz entender que sendo circular trata-se de algo que perpassa por tudo.

Eixo Direito à Educação – Rogério, passa as orientações gerais: Existe um **primeiro bloco** que possuem catorze ações que estão no tocante a ampliação de vagas, garantia do direito de permanência, ou seja, diminuir a evasão, e qualificação dos parques escolares. Rogério, diz que estes assuntos andam juntos na perspectiva de uma ampliação de qualidade, porque no momento, na cidade do Recife, ainda existem muitas unidades, creches que são casas adaptadas, e não como unidades de ensino que foram construídas para serem unidades de ensino, relata que há um bom tempo atrás, houve um projeto para a expansão de vagas mas, que não priorizou a qualidade, e hoje existe um sofrimento com isso. Na sequência, informa que existe um **segundo bloco** de ações – Relação com a comunidade escolar, tendo entre duas e três ações, e um **terceiro bloco** de valorização dos profissionais da educação e um **quarto bloco** de políticas educacionais.

Primeiro Bloco (Ações/Prazo/Responsável) *Ampliação de vagas na educação infantil, garantia do direito à permanência e qualificação dos parques escolares*

(Leitura). Registra-se aqui, apenas as observações e comentários.

No item 1.1 - Rogério: Explica que sobre a meta “construindo novas sedes ampliadas de unidades existentes e novas unidades” trata-se de unidades construídas do zero, construção de novas sedes, isto é, substituição de sede menor, para uma sede maior e melhor equipada e que todas estas estratégias tem como objetivo final zerar a demanda reprimida, filas de quem procura vagas e não encontra, destaca que a partir dos quatro anos de idade é obrigatório e universal o acesso à creche, informa que o município está próximo dessa universalização. Mas, de zero a três anos de idade, como não é obrigatório a matrícula, a linha é quem pede, a família que pede o acesso, tem o direito. Então, é necessário que haja o controle de quem pede e é preciso zerar essa demanda da fila, que é gerada anualmente, registrada pelo Ministério Público e enviada para a secretaria de educação.

No item 1.2 - Rogério: Coloca que empresas que já abrem creches em suas dependências para os funcionários, possam ampliar ainda mais as suas vagas e entender a importância delas. Explica que tem empresa que paga auxílio creche, outras optam por montar sua creche, destaca, que são poucas em Recife. Complementa ainda a expansão da rede privada neste setor, pois existe, uma expansão para o ensino fundamental na educação infantil, então, a ideia é mostrar a importância da rede privada expandir. É obvio que não se pode obrigar a rede privada a expandir, mas a ideia é realizar campanhas para mostrar a importância. **No chat: Andréa Castro:** Meta 1.2_ grande desafio. **Germana:** agora, mais difícil ainda.

No item 1.3 – Rogério: Coloca que existe um gargalo no credenciamento das unidades. Todas as unidades de educação infantil, elas precisam de uma autorização para funcionar e passam por uma análise, para aprovação do Conselho Municipal de Educação, e elas precisam passar por uma série de normas. **Andréa Castro,** diz que um grande problema é o que foi citado anteriormente no item 1.1, a ausência de um projeto



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

arquitetônico adequado e não tem também o alvará de funcionamento, e esse é um critério que pesa muito. O conselho municipal de educação não permite o registro. Então, existe um acúmulo grande de unidade de educação infantil irregular, porque não atende as diretrizes do checklist do conselho.

Rogério: Faz dois comentários, primeiro: antes de ser credenciada pelo CME a unidade não entra no dado oficial, então as matrículas das crianças que frequentam uma unidade que já está aberta sem esse credenciamento, não aparecem para qualquer número oficial, e exemplifica o diagnóstico do próprio PMPI sobre a cobertura de vagas, não estão as crianças que estão matriculadas em unidades não credenciadas no CME, e não existem formalmente ainda. Segunda questão: São os hotelzinhos, que não são escolas, explica que existe muitas vezes segmentos empresariais que se especializam na oferta de serviços de hotelzinho, porque se você não é escola, isenta-se das obrigações: contratar professores, pagar o piso salarial, mas, não é uma unidade escolar.

Coloca ainda que é preciso facilitar o credenciamento para facilitar essas unidades. Diz ainda, que a fala de Andréa, aponta que muitas vezes o gargalo é de ordem da organização da unidade, mas também nessas idas e vindas ao CME para comprovações do cumprimento das exigências, existe uma demora neste trâmite. Então, destaca que seria a proposta de um trabalho mais ativo do ponto de vista do CME, para que possam ser zerados estes processos no CME. Destaca que provavelmente como o CME melhorou muito seus processos, essa ação teria um impacto menor, mas é muito importante também.

Eduardo: Pergunta se esta questão tem a ver com a colocação da representante das entidades credenciadas, onde ela disse que não era contabilizada, então algumas delas, são esse esquema que foi dito. Cita ainda, que o COMDICA com as entidades que vão pedir registro no conselho que atendem crianças e adolescentes, também passam por essa dificuldade de Alvará e o colegiado também está buscando o diálogo para tentar superar essas dificuldades, sabendo que as vezes a burocracia para as entidades principalmente que tem uma infraestrutura mais precária é muito difícil, assim, principalmente os custos, então está sendo exigido uma formalização mas, não tem condição disso, não tem fim lucrativo.

Rogério: De certa forma, o que Eduardo perguntou tem a ver com o item 1.5, trazendo novamente a colocação de Ivanete representante das escolas conveniadas com o município. Tem muitas escolas conveniadas que, não conseguiram o credenciamento por isso, dificuldades nos ajustes exigidos, por ausência de recursos. Então o item 1.5, visa a oferta de mais recursos para que as escolas conveniadas possam se adaptar. O que ela traz, sobre a contabilização é o seguinte, hoje, as matrículas formais do grupo das escolas conveniadas, elas aparecem na contabilidade geral de matrículas da cidade, só que aparecem separadas, tem a rede pública, privada e a conveniada. O que ela pede é as matrículas das que são conveniadas apareçam junto com as públicas. Para que todas as vezes que a PCR disser o número de matrículas, mencionar os números somados da pública e conveniada. Isso acontece em outros locais, até porque a ideia é oferecer na rede conveniada o que se oferta na pública, então, elas recebem a merenda, os kits escolares, só não recebem o que específico da rede pública o fardamento. Mas, esclarece que no total os números de matrículas da rede conveniada são contabilizados.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLITICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

No item 1.4 – Rogério: Esse plano não tem força para exigir nada da rede privada, mas a rede pública expande muito mais vagas na educação infantil do que a rede privada. A rede privada não tem interesse na oferta de vaga na educação infantil, tanto quanto no Ensino Fundamental, isso, referindo-se as grandes redes particulares de ensino e as escolas de bairro. Então quando se analisa os números de velocidade de expansão para tentar atingir as metas do plano municipal, a PCR abriu o dobro, triplo de vagas. Então a ideia é trazer a tona um trabalho que já existe no SEBRAE, um serviço que já é prestado a um grupo de escolas e a ideia é mostrar a importância do negócio, da demanda que existe, tentar fazer com que as escolas privadas também tenham interesse pela expansão, uma vez que existe uma lacuna enorme de vagas e é preciso apostar na rede privada.

No item 1.5 – Rogério: Em Recife esse o número de unidades conveniadas é baixo, em relação as outras cidades. A meta é aumentar o subsídio. Focando em creche para crianças de zero a três anos, desde o último edital, há uma prioridade, nesta faixa etária. Porque na faixa do quatro a cinco, já está próximo de universalizar, já existe 90% de cobertura, logo, a perspectiva é que dos quatro aos cinco sejam atendidos prioritariamente pela rede pública. Mas, do zero a três, só existe 35% de cobertura, e isso equivale a abertura de mais 50 a 60 mil vagas, este número só será alcançado com o apoio da rede de conveniamento. Para a faixa etária dos quatro aos cinco anos de idade, existia bastante oferta e ao passar do tempo a demanda foi absorvida pela rede. A ideia é que para o ciclo etário do zero aos três anos aconteça o mesmo, com a expansão da rede pública, essa demanda possa ser absorvida.

No item 1.6 – Rogério: Que no plano de expansão da SEDUC, a PCR possa olhar para os números que o diagnóstico do PMPI está trazendo, onde tem mais demanda para serviços públicos, nos territórios com maior índice de vulnerabilidade socioeconômica.

No item 1.7 – Rogério: Destaca essa ação como fundamental. Grandes cidades conseguiram zerar a fila e alcançar essa meta. Para que em Recife, possa ser dito que a fila de espera foi zerada é necessário existir um controle. Atualmente não se tem esses dados, logo, não se sabe qual o tamanho da demanda reprimida do Recife. É preciso ter o tamanho para poder controlar a diminuição desta fila, uma vez que de zero a três anos, se toma conhecimento da demanda, a partir do direito manifesto pela família, já que não é obrigatória a matrícula. **O item 1.7.1** trata-se de um ponto que passou pela SEDUC e que pode ser avaliado na comissão. Também discutido em outras cidades, outros ministérios públicos de outras cidades já apoiaram essa iniciativa, talvez seja esse um ponto que seja necessário conversar com Paulo do Ministério Público, Rogério diz que recebeu o contato do mesmo através de Eduardo Paysan, e o contato foi realizado, com possível agenda para outros diálogos, além do diálogo com as promotoras. Para que na fila de acesso às matrículas, exista uma lógica de que, quem tenham maior necessidade por vulnerabilidade social tenha essa vaga garantida, isso já está previsto nas normativas. Hoje, além das vagas serem limitadas, em muitas creches públicas, as situações de vulnerabilidade não são atendidas por não terem acesso à internet para realizarem a matrícula. **No chat: Eduardo:** Paulo Teixeira é Ministério Público e Tribunal de Justiça, também. **Eduardo:** Muito importante termos essa clareza, na construção do Plano da Primeira Infância. **Andréa Castro:** nem a DIORE tem, acho a ideia ótima.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLITICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

No item 1.8 – Rogério: Na educação infantil também existe uma evasão, na realidade de Recife, apresenta-se na mudança de endereço da família, crianças matriculadas ano a ano em bairros diferentes. **Andréa Castro:** Coloca que a rede já tem um protocolo de acompanhamento. **Rogério:** Diz ter conhecimento. Algumas coisas talvez já existam e a secretaria confirmou como sugestão para atender a consulta pública, e agora tome força como Lei, isso talvez aconteça com alguns outros pontos que eventualmente sejam da parte pedagógica, questões que a SEDUC já contempla na sua política de ensino, mas, a concordância foi, colocar no documento, já que contempla, atende o que foi pedido na consulta pública no que chegou da sociedade civil. Na Lei ganha mais força do que numa instrução normativa, uma lei com validade de dez anos que vai atravessar mais de uma gestão de governo, eventualmente, existe a questão de que nessa gestão um secretario faz o outro pode não realizar, mas ter no PMPI, reforça a ação.

No item 1.9 – Rogério: Sobre a busca ativa, menciona, as crianças que eventualmente não estão matriculadas, famílias que não buscaram a vaga, ou não conseguiram a vaga; a rede fazer a busca e no caso dessa ação, refere-se a idade pré-escolar, que o percentual que falta pouco para o alcance da universalização, e que é uma obrigação segundo a LDB incluir. Existe uma parte que ainda está fora da escola e para estas, a busca ativa. **No chat: Eduardo:** Com relação as crianças em vulnerabilidade, temos o chamado Grupos de Trabalho de Risco, onde a DIORE participa junto com: Conselho Tutelar, COMDICA, CRAS, CREAS, MP, DPCA, atuando articuladamente, nos casos mais complexos. **Eduardo:** Cada RPA tem um GT de risco. **Germana:** Quem representa o COMDICA nesses GT's, Eduardo? Não sabia da existência. Muito bom! **Eduardo:** Os técnicos da equipe sociopedagógica **Paulo:** Coordenadores de saúde da criança distrital participam nos seus respectivos territórios dos GT's de Risco. **Aurely:** Germana e Eduardo, nós participamos até meados de set/2019 nos GT's de risco. Atualmente não estamos mais. É preciso um reordenamento desta participação do COMDICA, para que possamos atuar no campo do controle, e não somente da escuta. É um espaço muito rico!

No item 1.10 – Rogério: Apresenta a ação a partir do seu detalhamento no **item 1.10.1**. Explica que a rede pública, apesar de ter muito por fazer, avançou muito na inclusão, mas, um dado que quase todo mundo concorda é que boa parte das escolas da rede privada não cumprem a garantia da inclusão, o que faz com que muitas famílias migrem, retirem o estudante da escola privada, matriculando na escola pública e conseqüentemente pressione a matrícula na escola pública. Nos últimos seis/oito anos a matrícula geral da rede ficou estabelecida em torno de (noventa mil vagas) e na educação inclusiva, quase triplicou. Isso mostra a busca das famílias pela rede pública, devido a não serem atendidas pelas escolas ou bem recebidas nas mesmas. Declara que essa concentração não é boa, porque gera uma sobrecarga, logo, uma escola que tenham uma demanda alta de inclusão de pessoas com deficiência, pode até gerar certa especificidade na competência da escola e de fato até prejudicar o processo verdadeiro de inclusão, o ideal é que todas as escolas tenham capacidade de atender pessoas com deficiência e que a família tenha o direito de escolher a escola que deseja matricular seu filho/a. Um problema discutido historicamente é que a SEDUS não consegue fiscalizar bem as escolas privadas, porque hoje, a única sanção prevista em lei é o fechamento da escola. Logo, não havendo o cumprimento com as questões de acessibilidade e inclusão a orientação com recomendação do MP é de fechamento da escola, o que é uma questão muito complicada. Existe um PL da SEDUC em construção e análise na Procuradoria Geral do Município para o estabelecimento de processos de



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

advertência e sanções gradativas sendo: sanção pecuniária (multa financeira) gradativa, para fazer com que as escolas privadas também se adequem na legislação de inclusão da pessoa com deficiência. **No chat: Andréa Castro:** A inclusão na rede é ótima. **Eduardo:** Muito importante!! Há muitas reclamações de que só a Rede Pública garante o atendimento a crianças com deficiência **Eduardo:** ou até aumentam o valor ilegalmente.

No item 1.11 – Rogério: Esta ação já existe, é preciso fortalecer. **No chat: Andréa Castro:** Temos o Brinqueducar **Andréa Castro:** mas, acho ótimo fortalecer no plano. **Eduardo:** Muito importante! Fundamental!

No item 1.12 – Também já existe a ação, cabe fortalecer a qualificação das estruturas, muito por conta de que ainda existem unidades da educação infantil do Recife que não tem essa estrutura mínima para o funcionamento. **No chat: Eduardo:** Muito importante! Fundamental!

No item 1.13 – Rogério: Então, criar um padrão e fazer com que este seja conhecido pela sociedade, para que haja uma cobrança nesse sentido e o PMPI possa buscar o ideal, já que nem todas poderão ser reformadas de imediato, mas teremos o prazo do ao longo do plano para esta execução.

No item 1.14 – Rogério: Feita a leitura, (sem comentários). Findando o primeiro bloco com catorze ações, apresentando as células seguintes da planilha (prazo e responsável).

Segundo bloco – *Relação com a Comunidade Escolar (Ações/Prazo/Responsável):*

(Leitura). Registra-se aqui, apenas as observações e comentários.

No item 2.1 – Rogério: (Muitas vezes a redação da ação está muito próxima do que veio da consulta pública, então, no final pode ser que haja a necessidade de ajuste de algum conceito). Retoma um comentário de Andréa Castro, a rede pública já faz um trabalho de relação com as famílias, mas garantir na lei e expansão do acompanhamento junto às famílias pelas escolas conveniadas e privadas, esta última, foi bastante cobrada na consulta pública. Estes são alguns temas, da consulta pública e pode haver outros diversos temas (todos contidos no arquivo disponível na pasta/drive). **No chat: Germana:** Um desafio: interpretar (muitas vezes) o que o cidadão quis trazer para a consulta, reescrevendo com clareza, sem mexer na essência da proposta. **Eduardo:** Talvez seja só aprimorar a redação da proposta para tentar uniformizar **Andréa:** Gestão participativa é fundamental. **Germana:** Sim! O que estamos fazendo. **No item 2.1.1** Atividades em horários alternativos, garantindo a participação da família ex: (sábados).

No item 2.2 – Rogério: Cada escola deve ter seu conselho escolar garantindo a participação/representação de toda comunidade escolar. Reafirma que a SEDUC desenvolve ações neste sentido, mas é garantir que isso se dê de forma continuada.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

Terceiro bloco – Valorização dos profissionais da educação (Ações/Prazo/Responsável):

(Leitura). Registra-se aqui, apenas as observações e comentários.

No item 3.1– Rogério: A leitura da ação foi realizada com a apresentação dos principais pontos a serem pautados nas formações continuadas com os professores e demais profissionais da educação infantil - A formação deve incluir os temas: a importância do brincar, do faz de conta; desenvolvimento de funções executivas; Pesquisas científicas recentes sobre neurodesenvolvimento; educação inclusiva; prevenção contra violências e abusos sexuais contra as crianças. **Andréa Castro:** Salienta que toda esta sistemática também está contida na política de ensino e consolida todos esses pontos.

No item 3.2– Rogério: Existem planos de carreiras, mas no momento os planos de carreiras inclusive dos professores não está atualizado, esse é um ponto a ser discutido, e tem também dos profissionais de apoio, do grupo ocupacional de apoio ao magistério que também já tem plano de carreira e a ideia é manter-se atualizado, além de investimento no reconhecimento e valorização de acordo com metas que também existem no PME. **No chat: Eduardo:** Muitas vezes, os outros profissionais estão mais próximos até das crianças

No item 3.3 – Rogério: Destaca que esta ação é bastante polêmica, uma colocação dos ADI's vem se colocando fortemente, com reunião pública, ainda contribuíram muito na consulta pública, em todas as reuniões tem participado, a exemplo da audiência de lançamento da Frente Parlamentar Municipal pela Primeira Infância em junho e, esse é um pleito antigo dos ADI's, foi inserido, porque foi uma demanda oriunda da consulta pública e a SEDUC validou, logo, o entendimento atual é de que é necessário o reconhecimento da importância pedagógica, mas, finaliza colocando que esta ação provavelmente irá gerar bastante debate até o fim da aprovação da lei do PMPI.

No item 3.4 – Rogério: A SEDUC já possui um Centro de Formação Educador Paulo Freire, que já oferece formações para os professores. Mas a ideia é que alguns desses cursos o Centro Paulo Freire vem expandido o ensino à distância, possam ser ampliados para as redes das escolas conveniadas (o que já vem acontecendo) o foco é que os cursos possam abranger: estudantes de pedagogia, professores da rede privada, existe uma cobrança sobre o processo de ensino. Acredita-se que o ensino privado é melhor, mas isso não acontece geralmente, principalmente na educação infantil a rede pública tem uma qualidade superior.

Quarto bloco – Políticas Educacionais (Ações/Prazo/Responsável):

(Leitura). Registra-se aqui, apenas as observações e comentários.

No item 4.1 – Rogério: Ressalta que a SEDUC já executa essa ação, mas reforça a importância. Inclusive o detalhamento, investir anualmente.

No item 4.2 – Rogério: Ressalta que a SEDUC já executa essa ação robótica na educação infantil, o foco é manter e fortalecer.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

No item 4.3 – Rogério: Proposta vinda da consulta pública, mantida e aproveitada, a rede já desenvolve, mas o foco é fortalecer, além da relevância de sua atualização

No item 4.4 – Rogério: Implantar uma publicação, atualmente a rede não possui algo de forma estruturada, mas vem avançando nos últimos anos, de acordo com esse padrão do MEC, com ensaio no ano de 2009, depois se perdeu nos últimos anos.

No item 4.5 – Rogério: Chama atenção para a Saúde, pois esta é uma ação intersetorial. **Germana:** confirma a identificação desta ação na Saúde. **No chat: Paulo:** Problema sério esta questão do acesso à rede. Há uma sugestão vinda por parte da SEDUC e da consulta pública de uma ampliação para a educação infantil, uma vez que nem todas as unidades atualmente participam do PSE – Programa Saúde na Escola e focando mais em questões do crescimento e desenvolvimento da primeira infância. **Quando as ações da saúde chegarem, importante o encontro das ações intersetoriais.** **No item 4.5.1** – Existe uma dificuldade enorme de diagnóstico em relação as crianças com algum tipo de deficiência, por dificuldades de compreensão da família, e porque a família não consegue acesso ao serviço para obter esse diagnóstico. Muitas vezes, o diagnóstico é de ordem multisetorial (médicos/psicólogos/terapeuta/fisioterapeuta). Houve a tentativa de redução da demanda por meio de mutirão de crianças sem laudo. Isto, faz diferença para o MEC, uma vez que só libera os recursos extras para a educação inclusiva quando se apresenta o laudo. A questão do laudo também é polêmica, que nem sempre é possível obter esse laudo de imediato, uma criança precisa ser observada por mais tempo, além disso, existe ainda um público que não possui laudo por não ter conseguido acesso. Com base em experiências de outras cidades, é possível haver um canal de comunicação melhor entre SESAU e SEDUC, para que haja um direcionamento.

Eduardo: Reforçando a colocação desta ação por Rogério, quanto ao atendimento especializado para criança com deficiência por exemplo: autismo, e o nosso olhar no que diz respeito a primeira infância, quanto antes o investimento específico, será fundamental para o desenvolvimento, e (relata uma experiência que acompanhou de uma bebê de um ano e seis meses com traços de um possível quadro de síndrome de down, mas que após exames o resultado do diagnóstico foi negativo, e traz como exemplo a necessidade do atendimento em tempo hábil), a atenção já na primeira infância possibilita uma resposta melhor através de estímulos para o desenvolvimento, sendo uma parte super importante. **Ana Farias:** Destaca ainda, e até quando se age na prevenção, já se cria uma condição melhor de correção da dificuldade.

Rogério: Sinaliza duas questões, a rede passou a trabalhar de poucos anos até o momento com uma ação que não está prevista no censo do MEC, mas que deveria, pois vinha discutido a revisão de sua política de educação inclusiva, e no censo escolar só tem as opções com ou sem laudo, mas no sistema de matrícula da SEDUC via EMPREL, foi criado um outro campo que é *em hipótese*, que se após um tempo de observação continuar *em hipótese* já se direciona para uma série de serviços especializados. Destaca que participou de uma reunião com a SESAU sobre isso e sabe que este é um assunto que precisa escutar a Saúde. Coloca ainda que participou de eventos com especialistas e que o diagnóstico do autismo pode acontecer um pouco antes é uma discussão referenciada a partir da visita feita a secretaria de educação de Santos/SP, existe uma relação nesse sentido da educação inclusiva, entre eles e a saúde, perfeita. Coloca ainda, que fez visita a outras redes tais como: Fortaleza, Campina Grande, São Bernardo (interior de SP), mas destaca a experiência



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLITICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

de Santos/SP que se dá através do PSE. **Eduardo:** Traz um outro exemplo a partir da primeira referência que fez, sobre autismo. E coloca que no caso do autismo, existe o receio de falar, mas quando se entra na pauta da primeira infância, vê que se precisa começar logo, quando a criança começou a ter o atendimento especializado, evoluiu no desenvolvimento. Exemplifica outra situação, onde a criança com deficiência auditiva, fez o implante coclear ainda bebê e foi oralizada na idade, tudo certinho, então quanto antes se encaminhar, para descobrir e se resolver melhor para o desenvolvimento. **Germana:** Diz ter considerado perfeito a questão de ser considerado *em hipótese* porque de fato em alguns casos de transtornos é complicado ter esse laudo, coloca-se com fala no lugar de Psicóloga, e ressalta que para diagnóstico em criança tem que ser aquele CID com (...) pois a criança está em fase de desenvolvimento, então as vezes tem a característica de um TDAH, mas quando vai crescendo passa a desenvolver outras habilidades então é como se fosse um sintoma, não o diagnóstico específico. De fato, para a questão da educação e do recurso se faz necessário, então assim, a questão da *hipótese* é muito boa, a criança fica com a hipótese, a SEDUC, se respalda para as questões do recurso, fica algo melhor acordado. De fato, a detecção precoce do diagnóstico é fundamental, para o acompanhamento e desenvolvimento, como Eduardo estava dizendo. **No chat: Andréa Castro:** Germana, educação tem também (o corte da educação infantil). **Andréa Castro:** e sem laudo **Germana:** Andréa, qual a realidade na nossa rede de psicólogos nas escolas? **Andréa Castro:** Germana, a rede NÃO tem psicólogo nas escolas.

No item 4.6 – Rogério: (Ação não lida)

No item 4.7 – Rogério: Coloca que esse está sendo um aprendizado recente com as famílias. Por exemplo: Durante a pandemia, não se sabia quantas famílias tinham dispositivos como: tv/celular/acesso à internet e a ideia é ter isso de forma permanente que podem ajudar em situações desse tipo e em outras situações. Em outro ponto, existe a dificuldade de contato, os números de celular variam muito.

No item 4.8 – Rogério: Sobre o PASE – Programa da Assistência Social na Escola, na etapa da educação infantil municipal e com a rede de proteção. **Eduardo:** Considera importante, uma criação que ainda não tem contemplada (acho) nem na Política da Assistência Social que seja, mas considero importante. E aí, destinar profissionais específicos, recursos e tudo mais, acho que é pertinente. Ana Farias é da área da assistência, também, compreende bem. Desta forma se trabalha tanto a prevenção que está mais voltada para o CRAS, quanto os direitos violados que está voltado para o CREAS, além de outros equipamentos da assistência que podem ser referenciados, Serviços de Convivência e outros... **Ana Farias:** Essa é uma área muito vulnerável, tanto a área da educação quanto à área da saúde, elas são muito difíceis de acesso aos equipamentos e, os equipamentos da assistência social tem dificuldade de acessar as escolas para garantir que as crianças tenham acesso dentro de suas condições, crianças abrigadas, então esse é um ponto que ela considera muito importante, criar de fato garantir que essa inter-relação, essa intersetorialidade se fortaleça a partir desse programa.

Eduardo: Eu creio que é um pleito até nacional – assistentes sociais e psicólogos dentro das escolas. **Rogério:** Isso, virou lei. **Eduardo:** Diz que o pessoal dos CRAS reclama que tem reuniões de rede solicita a participação das escolas, mas que não vai, então é levar a assistência social para dentro das escolas. **Rogério:** Confirma a criação da lei para atendimentos com psicólogos nas unidades de educação, acredita que a lei é de 2020, e



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

com essa questão várias cobranças passaram a chegar. **Ana Farias:** Diz que antigamente existia, mas sem essa formalidade e que algumas escolas públicas tinham esses profissionais, não eram todas, mas tinham. Agora é lei. As redes públicas precisam estar atentas a isso.

Rogério: Essa questão está dentro do que é discutido pela comissão nas reuniões, ter cuidado com o orçamento, para que, o que for colocado no plano, não vire letra morta. Essa é uma ação que demanda um orçamento, considerável. Como uma possível ampliação do PSE. Rogério, coloca que já participou de reuniões que tratou da possibilidade de ampliação do PSE e exemplifica: a proposta foi bem aceita, mas a secretaria de saúde não dispunha de orçamento, e propuseram à época que o orçamento partisse da SEDUC que detém 25% do orçamento, SESAU 15% e ultrapassa esse percentual, então, o mesmo se dará na assistência social, provavelmente, uma gestão, para a garantia desse orçamento, mas nesse sentido, haverá as discussões na câmara para ser sancionada em lei. Considera importante essa melhor articulação, uma questão além de acompanhamento psicológico é a relação com a rede de proteção com o conselho tutelar, um ponto meio desorganizado nas unidades escolares, as gestoras não sabem quando procurar o conselho tutelar, os conselheiros por sua vez (pergunta se os conselheiros estão na reunião) são muito ativos na época de matrícula, mas na proteção, nem todos são tão ativos quanto na época de matrícula e é preciso melhorar esse canal de comunicação, quando têm problema de abuso (infelizmente) melhorar o diálogo com o conselho tutelar e ministério público. **Andréa Castro:** Conselheiros Tutelares, muito complicado a relação nas escolas. **Thiago Carvalho:** As escolas têm criado uma rotina de interação com o Conselho Tutelar. Mas, também só procuram na hora da dificuldade e necessidade. Depois da Lei sancionada no último ano que diminui para 30% de falta dos alunos. O conselho tutelar já pode ser acionado. Eu também sou professor e sei que a rotina da escola por si só é cheia de atribuições e nem sempre há disposição da direção ou corpo docente para uma relação mais próxima. Eu tenho buscado essa aproximação. **Andréa Castro:** Ótimo, faça a diferença! **Thiago Carvalho:** O conselho tutelar, por natureza por ser um órgão fiscalizador, nem sempre as escolas estão abertas e dispostas a essa relação. Mas é pertinente contemplar no plano algo nesse sentido. Desde que não esteja fora das atribuições previstas em lei.

Germana: Esse ponto que Rogério traz é muito importante. Isso ficou bem claro, na última eleição de conselheiros tutelar, o COMDICA através da comissão do processo de eleição, fez visitas às escolas que iam receber o processo eleitoral, eu mesma visitei várias conversei com diretoras e algumas não sabiam quem era o conselheiro tutelar e diz, que é preciso fortalecer esse entrosamento, não só na educação, mas na saúde também, afinal todos estão cuidando do mesmo público.

Eduardo: Duas coisas sobre isso, que vão ficar talvez só nesse eixo da educação, não se vão aparecer ainda, mas no eixo saúde, identifiquei que tinham ações relacionadas a Escola que protege, que na verdade é da educação. E que normalmente as duas áreas da educação que a gente dialoga mais diretamente em relação a essas questões de violência e encaminhamentos são: Escola que protege e o NEVE – Núcleo de Enfrentamento à Violência Escolar, são os dois espaços que também deveriam ser fortalecidos nessa perspectiva e a outra parte disso é a questão da formação dos profissionais sejam da: (educação ou saúde) e discutir tanto a notificação da violência, quanto, Como identificar? Como encaminhar? Os fluxos de atendimento e outros aspectos mais, a Secretaria Executiva de Direitos Humanos, tem como contribuir com a formação, mas com uma dificuldade grande, como tem todo um calendário de formação dos professores,



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

principalmente no início e no meio do ano e as vezes as pautas ficam bastante focadas na questão dos desempenhos de metas de indicadores, questões mais técnicas da educação, as vezes não entram essas pautas. **No chat: Andréa Castro:** Eduardo, acho ótima a formação com os professores.

Rogério: O PASE atende esse modelo. **Eduardo:** Isso, aí já teria alguém da assistência dentro da escola podendo fazer esse diálogo. Mas, também se a gente puder fazer uma sensibilização mínima e tiver um espaço para fazer formação com esse pessoal é só dizer, me coloco à disposição, a gente tem muito esse desejo, seria muito importante, as vezes a gente é até cobrado.

Rogério: Tem aqui a questão da formação, nas ações anteriores. Esse modelo de ir até a escola, pode tratar alguma dessas lacunas (em resposta a Eduardo), mais uma vez era uma área que eu trabalhava na educação, a quantidade de horas para a formação do professor é mínima, infelizmente, quando houve o aumento para duzentos dias letivos (acho que nem é efetivo) o tempo para a formação foi reduzido, então, com esse pouquíssimo tempo, a educação, só consegue uma formação continuada, quando no módulo/semestre se trata o mesmo assunto aprofunda com a prática escolar, assim, os temas priorizados são os básicos (ex. alunos que concluem o ensino fundamental sem ser alfabetizado), sendo os temas de desempenho escolar a prioridade das formações. A exemplo de demandas como essa extremamente genuínas, outras também chegam da saúde, meio ambiente, cultura, da secretaria da mulher (questão de gênero) a educação tenta fazer um equilíbrio e acaba que termina ficando pouco para todos, então, esses tipos de programas que vão até a escola é uma forma de tratar isso.

Ana Farias: Essa é uma discussão política da maior relevância porque uma das questões é que tudo isso acontece, porque as gestões de uma maneira geral elas não consideram a intersetorialidade, o próprio modelo da formulação do orçamento a LOA e outros que definem o orçamento, elas tratam as secretarias de forma individualizada, então, uma secretaria fica com dificuldade de participar efetivamente até de contribuir com algumas ações no que se refere até mesmo a colocar recursos, porque a utilização é muito específica. Isso é um preço que estamos pagando de uma cultura de trabalhar nas caixinhas. Tem que ter algo mais abrangente, uma gestão voltada para a integralidade do indivíduo, seja ele, criança, adolescente, pessoa idosa, porque todos esses segmentos da população passam por várias políticas.

Rogério: Ana, acho exatamente isso, e retoma o exemplo da possibilidade de expansão do PSE, onde as articulações e diálogos entre SESAU e SEDUC foram muito boas, não conseguiram o êxito da efetividade, diante dessas questões pontuadas por Ana. É necessária uma coordenação intersetorial. **Ana Farias:** é uma questão cultural muito forte, por mais que se tenha boa vontade, depende de fatores mais relevantes individuais. A educação e a saúde são constitucionalmente privilegiadas por ter a obrigação de um percentual enquanto as demais políticas, não. A obrigação constitucional de garantia de recursos, para todos os setores da formação cidadã.

No item 4.9 – Rogério: Esta ação possui orientações para fortalecimento, na garantia do trabalho pedagógico em todos os horários.

No item 4.10 – Rogério: Esta ação já vem sendo desenvolvida, mas deve ser fortalecida ganhando força de lei a partir do PMPI para os próximos dez anos.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

No item 4.11 – Rogério: Na unidade da educação infantil o gestor ou vice gestor e coordenador um dos três profissionais deve ter especialização em psicopedagogia para orientação nas unidades de educação.

Eduardo: Faz mais uma pontuação, antes de fechamento da pauta: talvez tenha que vir para educação alguma coisa relacionada ao que foi mencionado antes NEVE – Núcleo de Enfrentamento a Violência Escolar e do Programa Escola que Protege que vi na saúde, então, o Escola que Protege, anos atrás chegou a ter uma equipe maior, mais denso e fazia inclusive atendimento psicológico, o que eu considero, que dentro das atribuições o atendimento psicológico é da área da saúde e precisa ser ampliado nos territórios. Mas, o psicólogo ou assistente social na escola ou numa equipe como escola que protege teria o papel de identificar e fazer esse contato com a rede, encaminhar, dar um tratamento adequado, não seria fazer o acompanhamento psicológico. Mas é para dizer da necessidade de ver no que é dentro do eixo de cada um, como é que a gente consegue contemplar sem deixar o vazio. Aí na educação, sugiro, a gente criar algum do NEVE ou da Escola que protege, relacionada a essas questões de violência. **Rogério:** concorda com as colocações de Eduardo e acredita que a SEDUC irá concordar também até porque o secretario atual vem falando em fortalecer esse ponto também. Informa que fez anotação da solicitação.

Rogério conclui a leitura do eixo educação e reforça que o arquivo está disponível na pasta compartilhada para quem desejar colocar suas contribuições, caso não tenha feito no momento da reunião, ou lembrar depois.

Paulo Frias, coloca suas observações de ordem geral:

Num primeiro ponto sobre os eixos, de um modo geral os tamanhos vão ficar diferentes entre as secretarias, mas de um lado ficar atento para não ficar muito desproporcional, mas também saúde e educação ficarem maiores, expressa a grande tradição gerada no país, uma vez que a grande tradição de serviços gerados são para a (educação, saúde, assistência), mas sem desconsiderar a inovação nessas áreas. O que iremos agregar de novo?

Depois, eu vou fazer um comentário sobre a questão do autismo, do uso de tecnologias, do uso de robótica e do uso do pensamento computacional na primeira infância, quando a principal competência que a gente precisa na primeira infância é uma competência relacional, socioafetiva, cognitiva e quando se foca demais em algo que não é desejável numa fase específica da vida, joga energia numa coisa em detrimento de outra. Então, começam a aparecer várias contradições, estamos muito preocupados com o autismo, quando na realidade estamos preocupados com o diagnóstico com ampliação do conceito de autismo, precisa de diagnóstico, precisa de intervenção precoce, mas talvez a principal intervenção necessária é começar dizer as famílias que o uso de tecnologia precoce, celular, na mão de uma criança é um problemão!

Ficar na frente da televisão o tempo todo este é o problema que desencadeia uma série de necessidades posteriores que a gente tem dificuldades concretas de responder. Ora! Se os pais vão para um restaurante com uma criança com um celular disponível para ela, um modo de se livrar da criança; E agora, nos espaços que temos de convivência, socioafetivo, o espaço da escola que é um lugar privilegiadíssimo, iremos investir nesse processo de inovação voltado para um pensamento computacional, com robótica na primeira infância? Esse é um pensamento que precisa ser muito amadurecido, na primeira infância sobretudo. Essa é uma



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

questão que merece uma reflexão grande. Estamos falando de desenvolvimento infantil, nos domínios na primeira infância, desenvolvimento motor, cognitivo, socioafetivo. A criança quando vai para esse momento da educação infantil na creche, esse momento socioafetivo e relacional é um grande ganho que temos, em detrimento daquele núcleo familiar restrito.

O conjunto de interesses mercadológicos e da indústria para vender determinadas coisas, para a saúde, não é diferente para a educação, então, contação de história tem tantas tecnologias simplificadas que favorecem a interação gente com gente e não gente com equipamento, que acho que para essa primeira infância temos que pensar muito o que vamos defender no PMPI.

Num segundo ponto, destaca a fala de Eduardo, que ao seu ver trata-se de dois movimentos para o PMPI. O primeiro momento é o da comunicação da inter-relação de todos os eixos que foram as nossas decisões ao longo desse processo, então, quando mencionamos que haverá quatro círculos com a governança no meio, e teremos ainda um ponto de interseção governança e intersetorial, estamos comunicando para quem não leu o plano todo, através de uma figura qual é a compreensão que esse nosso coletivo teve.

O segundo é de maior profundidade, que requer um policiamento da comissão, que é o aspecto temporal do PMPI, porque os planos da saúde, da educação e demais planos possuem seus tempos. Quando colocamos prazo e qualquer coisa escrita e o prazo 2021 por exemplo. Estamos dizendo que vamos esperar até 2021, então, para adquirir determinadas coisas após 2021, não vamos precisar ou conseguir.

A assistência social, saúde e educação precisam de políticas perenes e não com prazo de gestão, temos uma questão concreta presente, estou limitando que só preciso até esse prazo, vou atingir hoje, e não vou precisar manter isso. Então, para a questão dos prazos para todos os eixos é preciso cuidado na delimitação de prazo. Porque esse prazo quando se pensa numa gestão, ele tem sentido de ser, tem um começo e um fim, no nosso caso para políticas perenes que envolve saúde, educação e assistência, podemos dizer que queremos ampliar a cobertura de vagas para garantir a universalidade até tal ano...(ok!) mas, para ampliar cobertura. Quando falamos de integralidade da ação, de qualidade ou intensidade que faço a ação, essa delimitação, do que não é cobertura perde um pouco o sentido de ser. Gostaria de trazer isso para o nosso coletivo amadurecer estas questões.

Coloca uma dúvida, o PME vai até quando? Eduardo até esclareceu aqui no chat, que provavelmente é até 2025, o PMPI vai até 2030, então a meta do PME ela é insuficiente para o nosso plano da primeira infância, teremos que ser mais ousados do que o previsto no PME, que tem prazo para terminar cinco anos antes. Se estou com um plano de dez anos e o PME se restringe a cinco anos, eu perco, cinco anos do meu plano porque não vou ser mais ousado do que o PME? Esta questão não é para polemizar, mas para reflexão no coletivo.

Outra questão é do ponto de vista da organização de todas as áreas, para todas elas, vamos precisar falar de cobertura, integralidade da ação e a intensidade do que já é realizado, apareceu aqui na discussão: mas a gente já faz? Mas, eu faço para dar conta de quantos? Essa é a questão. E, quando eu dou conta, dou conta para quem? Então, o diagnóstico feito no PMPI que Mirza foi ultra cuidadosa, ela deu pistas para a comissão,



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLITICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

muito interessantes, no sentido de dizer, eu não quero só ampliar cobertura, mas eu quero ampliar para quem precisa de cobertura mais do que outros.

Nesse sentido, dizer que já faz e que já tem, é pouco; o que a gente quer dizer no nosso PMPI é que a gente quer fazer para quem mais precisa, são formas diferentes de fazer, então, eu tenho escola, posto de saúde, PSE, maravilha, mas aonde é que estão esses serviços, estão nos lugares que mais precisam? Essa é a questão que está posta para nossa reflexão.

Coloca outra dúvida, por questão de desconhecimento absoluto da área de educação, que é a forma de organização. Na saúde fizemos uma opção, tem uma construção que é histórica. Na saúde, a construção da política de saúde, a partir dos eixos estruturadores da Política Nacional de Saúde da Criança, imagina, então que na LDB existam eixos estruturantes na questão da educação infantil. Afirmo, não conheço, nunca li, então levem isso em consideração. Se forem utilizados, eixos estruturantes, dos grandes marcos da área é uma forma de consolidar e comunicar que estamos em absoluta sintonia com esses marcos, então em outras palavras seria dizer: Como é que a LDB se organiza com relação a educação infantil? É desse jeito? Maravilha! Vamos fortalecer isso. Não é desse jeito? É falar de um espaço com pilares diferentes. Cada vez que fortalecemos, a Política Nacional é muito interessante para nós e aponta que nosso plano está com essa sintonia. Outro ponto para ser amadurecido.

Por fim, as questões concretas das insuficiências. Na saúde, as insuficiências são uma coisa fora do comum, a gente não dá conta. A gente não dá conta nem da Atenção Primária. Quando diz assim, a gente não amplia o PSE, não é por acaso, porque a gente de fato não tem uma cobertura que deveria ter, a gente não amplia NASF, como é que estou querendo algo super especializado, numa clínica ultra especializada, quando uma intermediária poderia resolver e nós temos uma cobertura baixíssima; que é a mesma questão dos CRAS, CREAS, mas a gente tem que sinalizar ao mesmo tempo que a gente tem que caminhar para uma ampliação, mas ao mesmo tempo muito atento a tudo que significa que a primeira infância é vítima e que nós as vezes, somos porta-vozes e intensificar as coisas. Por ex: medicalização / interesse das indústrias farmacêuticas com fórmulas especiais caríssimas chegando na cabeça dos profissionais de saúde e de nutrição, para que a gente use fórmulas que o poder público não vai dar conta.

A gente precisa ter muito cuidado com o que vai ser dito no plano, porque vamos dizer assim: a Atenção Primária é prioridade na assistência social com os CRAS e CREAS, na saúde com NASF, ESF, PSE com Consultório na Rua enfim, as coisas mais básicas, porque a linha da super especialização é um tiro no pé, em que sentido, a gente não sustenta do ponto de vista orçamentário, a gente não sustenta ter milhares de especialistas na rede de saúde para atender todo mundo. Sabe quem melhor observa a criança, fora a família? É o profissional da educação. Sabe por quê? Nem um profissional da saúde consegue mais do que o da educação. Um tempo de consulta com um neuropediatra excelente é uma hora.

O tempo na educação é cotidiano, o tempo inteiro, então vejam, a gente tem que valorizar a família e tem que valorizar quem observa mais, para isso temos instrumentos em construção, tem a caderneta que já foi de saúde da criança e hoje é a caderneta intersetorial da criança, ela ainda não está amplamente difundida, mas a ideia é que os CRAS, CREAS passem a utilizar como instrumento de garantia e fortalecimento da



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

governança setorial a caderneta da criança e aí vejam, se dentro da caderneta da criança vai ter critérios para quando encaminhar uma criança, naturalmente eu não vou estrangular uma rede que já vive estrangulada, eu vou encaminhar aqueles que passam por esses critérios, então, a gente precisa chegar perto da assistência social, da educação, essa tradição que já existe na saúde, levar para educação e assistência de forma que o PMPI de fato traduza essas dimensões da prevenção de autismo e várias outras coisas. Por fim reforça a necessidade de atenção para os pontos colocados.

No chat, comentários dos demais membros: **Germana:** Sim!! Criança, e principalmente, autistas precisam de relações **Andréa Coimbra:** Muito bem colocado. Excelente!! **Eduardo:** Por isso que pontuei que a citação da menina de 5 anos no celular, merecia uma pontuação no texto da apresentação **Andréa Coimbra:** Pura verdade, Paulo. **Karen:** A criatividade pode ser estimulada de outras formas, principalmente, por meio do afeto, segurança emocional... **Eduardo:** Show, Paulo! **Eduardo:** Paulo, você colocou uma questão fundamental o diagnóstico, ele pode nos indicar o que precisamos aprimorar, de forma mais direcionada **Eduardo:** Da Assistência Social também há uma baixa cobertura **Eduardo:** Principalmente, do CRAS **Eduardo:** A prevenção é o fundamental **Eduardo:** Excelente observação, Paulo! Um privilégio contar com sua clareza de posicionamento com relação ao cotidiano das Políticas Públicas **Thiago:** Paulo, muito boa a sua colocação. Bom ratificar essa obrigatoriedade das escolas na verificação das situações de vulnerabilidade envolvendo as crianças e poderem encaminhar essa informação ao Conselho Tutelar (se é isso que você falou, foi isso que eu entendi). Só lembrar que a Lei já trata dessa responsabilização. O Estatuto da Criança e do Adolescente define a prática de maus tratos em seus artigos 3º e 5º. Conforme os dispositivos referidos, depreende-se que toda ação ou omissão que prejudique.... **Thiago:** O código penal também... Diz o artigo 70 do ECA: “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente”. O estatuto aponta alguns responsáveis específicos pela notificação dos maus tratos, que assim são listados devido sua atuação perante a sociedade e seu dever profissional de assegurar o tratamento digno a criança e ao adolescente. Assim, o artigo 56, inciso I, aponta aos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental. **Eduardo:** Isso, Thiago!

Rogério: Agradece a fala de Paulo e dialoga sobre algumas questões colocadas. A questão do tamanho, compreende que esse é o caminho. Sobre o aspecto geral dos eixos e de algumas melhorias que pretendemos fazer. Teremos o texto de Solidade, sobre Intersetorialidade que vai ser fundamental para explicar mais essa questão. Agora, a questão dos prazos, entendo que ela pode ser contemplada na redação ou na coluna entendo que, quando o prazo por exemplo for 2021, é a partir de 2021 dali por diante. Virou lei, 2021, 2022... e assim sucessivamente é uma política que precisa ser mantida, de acordo com a frequência que está definida na ação, outras que está se colocando como prazo, 2023, 2024, 2025 é porque realmente não é possível começar de imediato precisa de alguma preparação, mas, a gente pode ter um cuidado na redação para ficar clara essa questão. A questão da robótica e o pensamento computacional, acho que vale a pena a gente debater mais com a educação, mas, eu lembro assim a robótica na educação infantil, por exemplo é a utilização de blocos (montagem), não é de forma nenhuma a utilização de telas ou de programação, por exemplo: a programação em robótica começa nos anos finais do ensino fundamental. Acredita ser interessante aprofundar o debate no que se refere ao pensamento computacional, algo nessa lógica sem usar telas.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

Questiono, quando tem a ação, comprar a tv para a educação infantil, isso foi até algo que em algumas gestões anteriores não foi feito, é preciso checar melhor. No tocante a meta do PME, que vai até 2025, e o PMPI vai até 2030, é algo para conversar com a educação, levar para revisão, eu só faço a seguinte observação um plano até 2025 já está muito ousado, o que há por trás dessa possibilidade de alinhar com o PMPI é que o PME não vai ser atendido em 2025, então está referendado o que está lá no plano, mas cabe diálogo sobre isso.

No tocante as ações, tem uma oportunidade de melhoria, mas o alinhamento não é nem com a LDB, está mais alinhado com o PNE que tem essas mesmas frentes, mas acredito que possamos redigir, alinhados com essa política nacional, uma grande ideia, para esse conjunto de articulações mais bem desenhado, será verificado isso. Rogério, frisa que haverá uma ata desta reunião, mas reforça que as colocações possam ser inseridas como comentários no arquivo compartilhado, isso ajuda para que nada escape.

Comentários no chat: **Germana:** Acho que temos que alinhar sobre o prazo **Paulo:** Prazo normalmente é o alcance...ou deixamos claro que é o início **Germana:** Para que todos sigam o mesmo entendimento **Paulo:** Ok, se for assim, perfeito! **Andréa Castro:** Recursos pedagógicos (jogos de encaixes, bloco lógico) **Germana:** Verdade! Prazo, geralmente, é alcance. Precisamos alinhar se é alcance ou início **Andréa Castro:** O plano de educação está em consonância com a LDBN – Lei de Diretrizes e Bases Nacional **Rogério:** Andréa, o PME segue a lógica das 20 metas do PNE. Claro que atende a lógica da LDBEN também, mas a LDBEN está organizada mais no formato do sistema de normatizações, etapas, cargas horárias...mais burocrática **Eduardo:** Pode botar 2021-2030 **Eduardo:** Não digo sempre **Eduardo:** Quando só conseguimos em 2023 **Paulo:** Nem todas. Se for ampliar e chegar a 100% educação infantil, pode ser até 2021, por exemplo **Eduardo:** Coloca 2023 – 2030 **Germana:** Ok **Andréa Castro:** Tem ações que são o tempo todo (formação por exemplo) **Eduardo:** Isso **Eduardo:** De imediato e sempre **Eduardo:** Se conta 2021, já é 2020 a 2021, contando o primeiro ano, não? **Eduardo:** Então, me parece que seria 2020 a 2030

Germana: Com a colocação de Paulo, eu acho que precisamos alinhar a questão do prazo, quando você espelhou em reunião anterior a proposta, eu tinha entendido prazo como alcance, quando eu recebi o arquivo modelo da SEPLAG e visualizei que uma das primeiras metas era 2021, eu compreendi que a lógica era começar a partir de 2021, só que do mesmo jeito que aqui na comissão de construção estamos com essa dúvida, quem lê o PMPI ficará também, então, acho que teremos que alinhar a questão do prazo se é início ou alcance ou trazer uma legenda, enfim, só para deixar como registro. **Rogério:** tem que haver essas possibilidades também, se não vai ficar tudo para 2030, tem situações que não ficam em 2030, perpassam a janela de dez anos da execução do plano em termos de avanço e melhoria de inovações, coisas novas, mas coisas que ficam, então esse plano maior pode muitas vezes puxar uma normativa específica uma complementação específica. Mas, entendo que muitas coisas que vão ser aprovadas a partir de 2021 ficam para além de 2030, então o contrário disso, faria como que todas as ações ficassem para 2030, não sendo necessário colocar o prazo, então, é importante manter, pois existem coisas que podem ser feitas de imediato e tem outras coisas que vão precisar de algum tempo para serem feitas e outras do tempo máximo. Imaginar uma qualificação da infraestrutura das escolas é algo que precisa de um prazo máximo até 2030.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

Germana: coloca que Eduardo está trazendo no chat a sugestão do prazo ser sempre 2021 – 2030, talvez seja um bom caminho. Coloca ainda que entende as questões trazidas por Rogério. No chat, Eduardo, complementa a informação diz, Rogério, tem situações que é para ficar entre 2021-2030, outras começam depois 2023, como Eduardo colocou no comentário, tem situações que perpassam 2030, dentro dessa janela de dez anos a gente vai implementar políticas públicas é *ad eternum* até uma melhoria e aí essa política pública implementada, aprovada, pode começar em qualquer um dos anos até 2030 e adiante. Quando a gente coloca a partir de 2022, (diz que vai consultar outros planos da PCR o plano de 500 anos), dali para a frente a própria ação vai complementar esse entendimento. Ex: Vou inaugurar uma escola em 2021, ela é inaugurada e fica, ou; vou comprar material pedagógico a partir de 2021 (a redação pode ter, todos os anos), isso quer dizer que a partir de 2021, em todos os anos seguintes, será comprado também.

Vesta Pires: coloca da importância dos prazos no sentido da vigência da lei (prazo máximo inicial), se ela entra em vigor a partir de 2021 (por exemplo), importante delimitar para que não haja dúvidas. Ainda sobre o ponto identificado por Paulo sobre Inovações tecnológicas, sugere a alteração na redação da proposta, descrevendo as nuances da ação para a faixa etária, atendendo o que a legislação permite. **Ana Farias:** Pergunta qual a definição do prazo para início da vigência do PMPI, 2020 ou 2021? **Rogério:** No seu texto está a partir de 2021, porque dez anos é contando a partir de 2021 mesmo, então o período é 2021-2030. Complementando a fala de Vesta, Rogério diz que o PMPI é uma lei guarda-chuva, não é uma política, claro que o Marco Legal é mais guarda-chuva ainda, mas no eixo da educação por exemplo existe um instrumento que prevê a construção de uma lei específica, mas, pontual daquele assunto, que vai precisar de uma discussão ainda maior, tratam-se de ações que precisam de uma política sobre esse assunto prevista para 2022, mas a lei precisa de muito mais do que se está previsto em ações. **Ana Farias:** Então a gente registra no documento que será a partir de 2021 e faz o registro de que até a construção do plano em 2020 tem um significado com relação a esse processo, não é? **Rogério:** Confirma que sim. Algumas novas colocações sobre o ponto e por fim fica definido a partir da fala de **Ana Farias** que: a data de início da vigência está relacionada a data de aprovação da lei, então não podemos definir agora, vamos guardar essa ideia de que no momento em que a lei for aprovada, então haverá também o ajuste em relação aos prazos de execução. **Eduardo:** inclusive considerando a fala de Vesta, o tempo para entrada em vigor. Ex: se a lei municipal for aprovada dizendo daqui há três meses entra em vigor, então vamos ter que contar três meses até início do prazo de vigor. É promulgada, mas só entra em vigor a partir de... **Ana Farias:** daquela data que ficou estabelecida. **Vesta Pires:** lembrando que também pode entrar em vigor imediato, vai depender da câmara de vereadores. **Comentários no Chat:** **Germana:** 2020 entra como construção **Germana:** Decisão, reuniões, construções, discussões... **Germana:** Verdade

Eduardo: Não sei de que forma poderíamos compatibilizar, mas por exemplo: o Estado, ele tem uma área de educação específica em direitos humanos, talvez se a gente propusesse criar essa parte de educação e direitos humanos na secretaria municipal, ficaria responsável por essa parte de formação sobre violência, e várias questões relacionadas à direitos humanos, pessoa com deficiência já dentro da política de educação, para não ficar essa sensação de alguém que está fora, que precisa dialogar e vim para facilitar a formação. Rogério, solicita que Eduardo coloque na planilha, essa recomendação.



ITEM DE PAUTA 1 (Retomada) - Devolutiva do texto de apresentação PMPI

A partir de uma colocação de Eduardo, retoma-se o ponto primeiro de pauta, referente ao texto da apresentação de Ana Farias para o PMPI. Eduardo, menciona a introdução da apresentação que traz a citação da menina de cinco anos, e faz alusão ao comentário de Paulo Frias sobre o uso de do celular na primeira infância, e solicita que Ana faça uma pontuação sobre isso na sua apresentação, para não ficar solta a fala dela, ali mostra que ela o celular na rotina dela, é preciso problematizar isso. **Ana:** *agradece as contribuições de todos e que foram muito importantes, e que de fato sentia que estava faltando algo mais a ser colocado, mas, quem está na escrita, sempre deixa de escrever alguma coisa, vocês fizeram complementações muito interessantes e não tenho nenhuma objeção ao que foi colocado, é uma questão agora de se dar uma redação, uniformidade a isso que foi tanto dos escritos originais, quanto das colocações do grupo.*

Diz que conversou com Rogério, e foi combinado que a contextualização da escrita do trabalho como um todo, seria feita pela pessoa que vai dar a uniformidade da redação, das questões todas, vai ficar com a tarefa de fazer as inclusões que foram solicitadas aqui, para não sair do ritmo, nem da linguagem que vai ser utilizada no corpo do PMPI como um todo, e essa proposta está sendo colocada para o grupo colocar suas opiniões.

Diz ainda, se eu for escrever de novo, agora essas contribuições de vocês lá na frente a pessoa que for fazer a uniformidade do texto, ela vai também de certa forma fazer alguns ajustes, fazer alguma coisa para adotar essa linguagem única. Então seria mais conveniente que a pessoa responsável pela organização final de todos os textos possa reescrevê-lo, em seguida é reapresentado ao grupo e fecha esta pauta. **Germana:** Coloca as observações feitas por Karen no chat, de que o texto será assinado por Ana e que caberia apenas a outra pessoa uma revisão ortográfica, mas que a escrita deveria ser da própria Ana. Em relação a citação que Eduardo menciona, ela destaca que se a citação da menina, for colocada sem uma menção ou no texto, fica parecendo que o grupo acha “natural” que uma criança de cinco anos fique o tempo inteiro no celular, e o PMPI está indo na linha contrária a essa situação, mostrar que o importante para essa primeira infância é a relação pessoal é a troca, o afeto e não o uso de tela e de outra tecnologia. A citação deve ser mantida e pontuar a questão do uso do celular. Ana, coloca que vai fazer essa reflexão a partir da citação já no parágrafo introdutório e, na próxima reunião compartilha com todos os ajustes e discute. Foram colocadas observações sobre a epígrafe final do texto e, Ana acolheu as observações e fará a substituição por outra. **Comentários no chat: Karen:** Mas, o texto de Ana é assinado **Karen:** Nesse caso, creio que cabe apenas a correção ortográfica

Menciona e tira dúvidas, ainda outras questões pontuadas no texto, a partir dos comentários realizados na reunião passada pela comissão. O texto com todos os comentários/sugestões, foram encaminhados para Ana por e-mail, em momento anterior a esta reunião. **Comentários no chat: Germana:** Eu concordo com a citação da criança no prefácio. Como se fosse o natural “mexer muito no celular”. Pode até ser, mas estamos na linha contrária (de mostrar os malefícios disso para a primeira infância) **Germana:** Eduardo, acho que vale salientar **Vesta Pires:** Essa questão da citação é muito bem colocada **Eduardo:** a citação é ótima **Eduardo:**



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLITICAS SOBRE DOGRAS E DIREITOS HUMANOS

até nos permite fazer esse contraponto **Karen**: talvez no texto de Ana, ela, poderá fazer um contraponto...tipo, a citação da criança mostra que as ações do plano são fundamentais... o resgate do afeto em todas as esferas, o cuidado... algo nesse sentido **Eduardo**: ela também brinca sem ser no celular **Paulo**: concordo e dizer que cabe ao adulto orientar **Karen**: não precisa tirar ou mudar essa citação **Germana**: Isso, Karen.

ITEM DE PAUTA 3. Agenda/reta final da construção do PMPI

Rogério, insere um importante ponto de pauta, o calendário final de trabalhos da comissão na construção e revisão do texto, validação do PMPI pelo COMDICA e por fim o envio à Câmara de Vereadores. Coloca para o grupo de que uma reunião por semana, analisando um eixo por vez, não será suficiente para vencimento da agenda de trabalho da comissão.

Sugestões: Ana sugere a conclusão dos trabalhos na comissão até o final de julho. Germana, sugere que sejam reforçadas as contribuições na planilha disponível no google drive, apesar de que as discussões na reunião são muito mais profundas, todo mundo está escutando, acredita ser necessário o reforço da contribuição por escrito e definir o que é vai ser discutido juntos ou não, uma reunião semanal, realmente não dá tempo, talvez baixar um pouco o horário começar às 09h, que dá uma margem de tempo melhor. Eduardo e, excepcionalmente se precisar nas duas últimas semanas, até duas reuniões. **Comentários no chat**: **Eduardo**: Vou tentar adiantar essa semana **Eduardo**: Deve vir o de Solidade, também

Rogério: Propõe agenda para uma reunião ampliada para validação do PMPI. Germana, coloca que o próximo pleno será em 28.07.2020. Ana, concorda com a agenda de validação em reunião plenária na data informada por Germana. **Andréa Castro**: Dia 28/07. Pleno para validar o PMPI **Andréa Castro**: É isso? **Eduardo**: Isso. **Andréa**: ok

Eduardo: Sendo que havia sido pontuado com base nas discussões, aprovando no pleno do COMDICA, não podia fazer uma consulta pública tipo uns 10 ou 15 dias antes de levar para a câmara. O que vocês acham?

Rogério: A gente não pode fazer essa consulta quando enviar para a câmara não? Enviou para a câmara antes deles levarem para votação, escutar a população, até porque podem mudar algumas ações. **Ana Farias**, concorda, ou uma audiência pública, Rogério coloca, que esta consulta pode ser tanto puxada pelo COMDICA ou Câmara de Vereadores, **Ana**, recomenda que seja via COMDICA, para fortalecer o conselho. **Rogério**, concorda e diz que no dia 28/07 já se propõe uma data para esta consulta. **Eduardo**: Karen essa diagramação não tem que ser feita depois de tudo pronto, não? Acho que essa será uma primeira versão. **Comentários no chat**: **Eduardo**: Seria massa **Karen**: lembrando que precisamos de prazo para a revisão geral do texto, diagramação e nova revisão do plano diagramado **Karen**: Creio que o texto também passará pela PGM – Procuradoria Geral do Município e tem um prazo.

Rogério: A aprovação no COMDICA é de uma primeira versão, quando passar pela consulta do documento e câmara de vereadores haverá também alterações. **Vesta** coloca ainda outro comentário de Karen, o documento vai ter que passar pela procuradoria, também, leva um tempo. **Rogério**, considera a lembrança desta fase. Antes da reunião pública puxada pelo COMDICA, teria que passar pela procuradoria, ou não,



vamos pensar nisso, se primeiro não vale a pena fazer uma nova escuta da sociedade para depois encaminhar para a PGM. Não adianta mandar para a PGM, aí a sociedade civil coloca novas propostas, e vai para a PGM novamente, geraria retrabalho para a PGM. O documento será enviado formalmente para à Câmara pelo Executivo, o prefeito envia para a câmara por mensagem, de forma burocrática não é o COMDICA que vai enviar para a Câmara. O trâmite é o COMDICA encaminha para o prefeito, este encaminha para a Câmara como mensagem.

Karen, por isso que é preciso atentar para a questão do prazo, tem que haver uma revisão prévia do documento, fechado e dado o ok pela comissão. Será feita uma diagramação, porque esse material ele vai impresso (eu creio) para a câmara quando o prefeito for entregar. Então, a gente tem uma revisão prévia antes da primeira diagramação, depois de diagramado passa por uma nova revisão para ter o mínimo de erro, passa para a PGM, e tem esse trâmite, passa pelo COMDICA, que envia para o prefeito, que manda para a Câmara. Mesmo que o PMPI tenha nova revisão, novos ajustes, o ideal é que esse material esteja o mais redondo possível, por isso, essa minha preocupação com o prazo para fecharmos o material.

Ana, também tem o seguinte, ao enviar para a Câmara, algum vereador pode solicitar que seja incluída alguma meta ou ação, e aí só aprova se colocar a proposta dele, tem dessas coisas também, a Câmara também tem o poder de avaliar e propor. **Rogério**, concorda e diz que isso vai acontecer. **Ana**, concorda com uma primeira revisão para que o documento seja enviado de forma organizada, mas acontecerão essas questões de alterações, por isso que essa diagramação pode ser feita só no final. **Rogério**, constrói um calendário a partir do dia 28/07 com reunião plenária COMDICA para validação do PMPI, é feita uma primeira organização do documento, e o documento segue para audiência pública onde outras contribuições serão feitas, na segunda semana de agosto se passa por uma nova revisão e diagramação para o documento ser enviado a PGM, e os órgãos responsáveis e o Executivo encaminha para a Câmara com a aprovação do COMDICA. Ana, propõe que na próxima terça-feira, (próxima reunião) esta discussão seja retomada, pois não há condições de discutir nesse momento.

P/ a próxima reunião:

- Estrutura de Eixos-PMPI (Espaço Urbano e Intersetorialidade/Governança);
- Texto Ana p/ validação da comissão;

INFORMES:

Ficou estabelecido que a data da próxima reunião 14/07/2020 (terça-feira) no horário das 09:00h com comunicação através dos grupos de WhatsApp e e-mail dos participantes. Pontos de pauta para a próxima reunião, conforme encaminhamentos, acima. Agradecimentos finais, fica a reunião encerrada às 12:26.

Observação: Esta reunião possui arquivo em áudio, textos do chat e imagens para verificações necessárias.

Sistematização: Aurely Macedo

Recife, 10 de junho de 2020.